

O HISTORIADOR E AS VICISSITUDES DO TEMPO PRESENTE

THE HISTORIAN AND PRESENT TIME VICISSITUDES

Antonio Torres Montenegro *

Correspondência

Av. Boa Viagem, 306/1002, Pina.
Recife – Pernambuco – Brasil. CEP: 51011-000.

E-mail: montenegroantonio084@gmail.com

Resumo

Este artigo realiza uma reflexão sobre as ressonâncias políticas, econômicas, sociais que o momento histórico produz, ou mesmo determinados eventos de amplitude nacional ou mundial podem exercer na escrita historiográfica. Analisa também os desafios enfrentados pelo historiador do tempo presente ao ser instado à escrita historiográfica sobre acontecimentos que ainda se encontram em transcurso.

Palavras-chave: tempo presente; crise política; historiografia.

Abstract

This article conducts a reflection on the political, economic, social resonances that historical moment produces, or even certain national or world-wide events can play in historiographical writing. It also analyzes the challenges faced by the historian of this time to be urged to historiographical writing about events that are still in course.

Keywords: present time; political crisis; historiography.

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Introdução

Início este texto, destacando a importância do movimento de articulação entre os Programas de Pós-Graduação em História das Universidades Federais de Pernambuco, do Pará, de Mato Grosso e do Ceará, pensado desde 2008 como estratégia de intercâmbio e de cooperação entre seus pesquisadores/professores e, também, mestrandos e doutorandos. Planejou-se estabelecer um amplo canal de atividades coletivas. Entretanto, em uma rápida avaliação é possível afirmar que continuamos desafiados pelas limitações impostas por incontáveis compromissos cotidianos, tão conhecidos de todos nós – preparação e realização de aulas na graduação e na pós, inúmeras orientações desde a Iniciação Científica ao doutorado e supervisão de pós-doutorado; além da realização de nossas pesquisas e a produção de artigos, capítulos, organização e participação em eventos, apresentação de trabalhos em seminários nacionais e internacionais – e, dessa forma, parece tem sido difícil romper certo isolamento que esta realidade impõe. Acredito que o caráter bastante individualizante de nossas atividades profissionais/acadêmicas, exige um esforço constante de busca por intercâmbio, troca, práticas de socialização. Em face desta experiência intelectual é que avalio como muito positivo as relações que se estabelecem entre os participantes do Seminário bianual História e Historiografia.

Por outro lado, é importante lembrar a proposta que norteou os começos desse movimento de articulação que reúne periodicamente, a cada dois anos, estes PPGH's, e constitui o coroamento de uma profícua atividade a muitas mãos. É possível perceber como o IV Seminário Internacional de História e Historiografia aponta para a consolidação de um espaço de apresentação e debate entre os pares das Pós-Graduações participantes, sobre as pesquisas realizadas e em andamento nas IFES. Da mesma forma, estudantes que desenvolvem projetos tanto da Iniciação Científica quanto do Mestrado e Doutorado encontram nesses seminários um campo fértil de diálogo e troca de experiências acerca das diversas coleções documentais pesquisadas, bibliografias e debates que questionam as dimensões teórico-metodológicas dos trabalhos em desenvolvimento ou, mesmo, recém-concluídos. Os Seminários têm ainda revelado serem uma oportunidade para contatos, convites, parcerias em diferentes campos de pesquisa que constituem o fazer historiográfico acadêmico.

A problemática que norteia o presente texto sobre dimensões historiográficas do tempo presente ao mesmo tempo em que recupera o percurso de intercâmbio e cooperação dos PPGH's da UFMT, UFCE, UFPA e UFPE centra sua reflexão sobre como os acontecimentos cotidianos podem influir, direcionar, interferir na urdidura da narrativa histórica. A perspectiva metodológica ao analisar as obras produzidas quer em relação ao seu próprio campo, como refletia de maneira detalhada Michel Certeau na “Operação Historiográfica”,¹ quer em relação às dimensões sociais, políticas, culturais, econômicas em que foi engendrada, possibilita recuperar e ampliar a

¹ CERTEAU, Michel. A Operação Historiográfica. In: CERTEAU, Michel. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982, p. 65.

compreensão do conjunto complexo de fatores que concorrem para a sua configuração como texto historiográfico. O presente artigo, ao mesmo tempo em que reflete sobre as condições históricas da escrita, propõe-se o desafio de romper com o imediatismo e o movimento de construção de evidências que cerca a apresentação dos acontecimentos no cotidiano.

Caminhos da História e da Historiografia

Muitas vezes, nos textos para Seminários e Congressos, nos relatórios de pesquisa e, sobretudo em artigos e livros historiográficos, considera-se desnecessário apresentar a leitura que é construída dos eventos marcantes do *tempo presente*.² Documentar esta leitura é sem dúvida uma maneira de propiciar aos futuros leitores informações relacionadas aos eventos noticiados no período e, sobretudo, analisar a forma como são lidos por quem realiza uma conferência, por quem participa de uma mesa redonda ou escreve um livro ou mesmo um artigo. Em outros termos, esta é mais uma estratégia de análise sobre as condições da produção intelectual e mais propriamente historiográfica, pois relaciona o conjunto diversificado de eventos cotidianos às reflexões expressas em falas e escritos. Muitos historiadores, sobretudo os que pesquisam a história contemporânea, costumam registrar como certas experiências históricas concorrem para a escolha de temas e períodos. O historiador Tony Judt rememora o momento histórico que vivenciou em dezembro de 1989, o qual concorreu para a sua decisão em escrever o livro “Pós-Guerra: Uma história da Europa desde 1945”:

Decidi escrever este livro enquanto fazia uma baldeação no terminal ferroviário de Westbahnhof, a estação central de Viena... O Partido Comunista da Lituânia acabava de se declarar favorável à independência imediata em relação à União Soviética. E no táxi, a caminho da estação ferroviária austríaca, o rádio anunciava os primeiros relatos de um levante contra a ditadura nepotista de Nicolau Ceausescu, na Romênia... Uma era chegava ao fim e nascia uma nova Europa. Isso era óbvio. Mas, com o fim da velha ordem, muitos conceitos antigos seriam questionados...³

² No Brasil este é um debate que vem ganhando enorme visibilidade nos últimos anos, sobretudo, mas não apenas entre os historiadores que pesquisam temas relacionados à história contemporânea. O livro organizado por Lucília de Almeida Neves e Marieta de Moraes Ferreira, *História e escrita do tempo presente: questões e problemas para a pesquisa histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, revela o interesse por essa reflexão entre historiadores que investigam diferentes temáticas. BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999. Destaco que, para este autor, o presente é o futuro próximo ou o passado recente.

³ JUDT, Tony. *Pós-Guerra: Uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 15.

Tony Judt ressalta a força e o impacto dos acontecimentos do final de 1989, como eles influíram na sua decisão em escrever sobre o passado recente das últimas quatro décadas na Europa. Avalia que elas obrigaram a repensar os conceitos historiográficos até então dominantes. Porém, é fundamental considerar que o fato desse autor ser um estudioso da história contemporânea, possibilitou a ele melhor avaliar o incomensurável significado, sobretudo, histórico e político, que os eventos simbolizaram. Por ser detentor de um conhecimento histórico amplo, revelou condições de realizar uma leitura diferenciada do comum das pessoas, mesmo daquelas que tenham vivido a guerra e o pós-guerra. Um aspecto que se poderia destacar e que produziu na época surpresa e muitas indagações, foi o fato de toda uma estrutura de poder político, econômico, social e cultural, que mantinha por meio da força militar e policial o controle de diversos países, ser desfeita sem qualquer forma de violência armada. Este talvez tenha sido mais um importante fator que concorreu para Tony Judt decidir pesquisar e escrever sobre o período após a Segunda Guerra. Afinal, como ele próprio reconhece, muitas perguntas sobre o que estava ocorrendo necessitavam de outras respostas, assim como urgia a formulação de novos paradigmas.

Eric Hobsbawm na perspectiva de leitura do século XX, no seu livro *Era dos Extremos – o breve século XX – 1914 – 1991*, registra na introdução certo desapontamento ou mesmo frustração ao afirmar:

Meu objetivo é compreender e explicar por que as coisas deram no que deram e como elas se relacionam entre si. Para qualquer pessoa de minha idade que tenha vivido todo o Breve Século XX ou a maior parte dele, isso é também, inevitavelmente, uma empresa autobiográfica. Trata-se de comentar, ampliar (e corrigir) nossas próprias memórias. E falamos como homens e mulheres de determinado tempo e lugar, envolvidos de diversas maneiras em sua história como atores de seus dramas – por mais insignificantes que sejam nossos papéis –, como observadores de nossa época e, igualmente, como pessoas cujas opiniões sobre o século foram formadas pelo que viemos a considerar acontecimentos cruciais.⁴

Assinala Hobsbawm, portanto, o trabalho do historiador como prática autobiográfica e, ao mesmo tempo, destaca três dimensões a serem consideradas: por atuar enquanto “ator de seus dramas”, por ser observador e, por extensão, ser formado nos valores e princípios de uma época. Estas são as condições do historiador que opera com o tempo presente, sobretudo, quando dele é contemporâneo.

Portanto, há que diferenciar a produção/construção da realidade no cotidiano vivenciado, em que a mídia e órgãos e instituições públicas e privadas têm papel de destaque, e a historiografia. Esta resulta do ofício do historiador que, ao apropriar-se dos registros documentais relacionados ao presente/passado, no qual está inserido e

⁴ HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 13.

com o qual interage de maneiras diversas, constrói em seus textos releituras e deslocamentos analíticos. Ou como afirma François Hartog: “Há o tempo do historiador, no qual vive e trabalha, e o tempo objeto de seu trabalho, que não é apenas “seu” período, mas o objeto mesmo de seu trabalho”.⁵ No cenário das diferentes temporalidades em que está imerso o historiador, destaco para reflexão a forma como a realidade cotidiana é apresentada. Ou seja, a força e a preponderância do discurso da evidência e da objetividade como sinônimo de verdade e suporte dos discursos que perpassam a sociedade. Embora existam contra discursos a essa forma de produção da verdade, que apontam como a verdade é produzida pelas instituições, pelas redes sociais, pelos múltiplos campos do conhecimento, há que reconhecer que essa forma tradicional de representação da realidade, fundada na objetividade e na evidência da ciência clássica, ainda é bastante dominante. Em outros termos, as análises historiográficas deverão também contemplar o estudo e a análise dos significados e sentidos que dominam a sociedade em um dado período. No entanto, para não sucumbir ao discurso da evidência do presente vivido, historiadores elaboram estratégias teóricas e metodológicas articuladas a diversificadas coleções documentais, que permitem engendrar outras leituras. São deslocamentos e reflexões que instituem repensar e resignificar a história. Por essa razão é fundamental, como analisa a historiadora Regina B. Guimarães, “desfazer evidências e criar, instituir, outras maneiras de ver, dizer e se dar conta do universo histórico no qual estamos inseridos”.⁶

Antes de propor uma leitura histórica do momento presente em que a realidade política é representada como subsumida por notícias televisivas e por discursos judiciais e que as práticas de corrupção são apresentadas quase como criação exclusiva de um governo,⁷ desejo recuar no tempo cronológico, a 2014. Este era o ano em que também estava inicialmente previsto a realização do IV Seminário Internacional História e Historiografia.

Ao rememorar 2014, vem a forte lembrança do intenso noticiário na mídia sobre os cinquenta anos do golpe militar que interrompeu o regime democrático e estabeleceu o regime militar e civil por vinte e um anos. É importante também destacar que estes cinquenta anos foram contemporâneos dos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade no nível federal e de inúmeras comissões da verdade em quase todos os estados da federação.⁸

⁵ HARTOG, François. El historiador en un mundo presentista. In: GUMERSINDO, Vera Hernández; REYS, José R. Pantoja; DUPEYRÓN, Guy Rozat (Orgs.). *Los historiadores y la historia para el Siglo XXI*. México, DF: Escuela Nacional de Antropología e Historia, 2006, p. 92.

⁶ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História e Escrita do Tempo Presente: questões e problemas para a pesquisa histórica. In: NEVES, Lucília de Almeida; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *História e escrita do tempo presente: questões e problemas para a pesquisa histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 39.

⁷ Este texto foi inicialmente elaborado em abril de 2015, após o início do segundo mandato – 1 de jan. 2015 – da presidente Dilma Rousseff, quando esta foi reeleita em acirrada disputa contra o candidato do PSDB, Aécio Neves. Com esta reeleição, o PT iria completar 16 anos seguidos à frente do governo federal.

⁸ Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf. Acesso em 3 jun. 2016.

As comissões que iniciaram suas pesquisas e investigações ainda em 2012 produziram um grande debate nacional sobre o golpe e o regime que então se instalou em abril de 1964. Os inúmeros e importantes documentos descobertos, os novos depoimentos de presos políticos, torturados, assim como de torturadores, além dos relatórios produzidos por estas comissões apontam para documentos ainda a serem pesquisados. Estes poderão trazer mais elementos que permitirão repensar e produzir novas formas de compreender o presente, sobretudo em suas dimensões sociais e políticas, sem desconsiderar a importância dos aspectos culturais e econômicos.

Também nesse período foi debatido e divulgado na imprensa as decisões, em 2010 e 2012, do Supremo Tribunal Federal, validando a lei da anistia de 1979. As decisões do STF apresentam um entendimento jurídico e político acerca dos crimes cometidos pelos agentes do Estado, que contraria a leitura e o entendimento da OAB, do Ministério Público Federal e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.⁹ Esse conflito legal e político se, por um lado, frustra amplos setores da sociedade civil, por outro, pode significar para o historiador, para o cientista político, para o filósofo, para o cientista social, para o cidadão mais elementos para analisar as estratégias pelas quais o regime de 1964 alcançou mais de duas décadas de existência. Em outros termos, essas decisões do STF são reveladoras de como uma parcela da sociedade no Brasil construiu, manteve e compartilhou o regime de exceção por vinte e um anos, e como esta parcela encontra ainda hoje, passadas várias décadas, apoio jurídico e político institucional para os crimes praticados.

O debate na mídia escrita e televisiva, ao longo de 2014, sobre o golpe e o regime de exceção que dominou o Brasil por 21 anos foi muito expressivo e avaliado como tendo um efeito pedagógico importante, sobretudo para as novas gerações que não viveram aquele período e, dessa forma, não conheceram o medo e os perigos de viver sob um regime de exceção, apesar de legalizado.¹⁰

Também no ano de 2014, dezenas de revistas acadêmicas e de atualidades, além da grande imprensa, dedicaram significativo espaço à reflexão e análise acerca do golpe e também do regime que então se instalou no país em 1964.¹¹

⁹ Vide reportagem disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/stf-deve-julgar-lei-de-anistia-nesta-quinta-20120326.html>. Acesso em: 20 abril 2016.

¹⁰ AREND, Sílvia Maria Fávero; MACEDO, Fábio. Sobre a História do Tempo Presente: Entrevista com o historiador Henry Rousso. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 201-216, jan./jun. 2009.

¹¹ Entre as revistas acadêmicas poder-se-iam indicar algumas bastante reconhecidas na área. Entre elas destaco: *Revista Brasileira de História*, Dossiê: Golpes e Ditaduras, São Paulo, v. 34, n. 67 jan./jun. 2014; *Revista História Unisinos*, Dossiê: A ditadura brasileira: história e historiografia, Rio Grande do Sul, v. 18, n. 03 set./dez. 2014; *Revista Territórios & Fronteiras*, Dossiê: Os 50 anos do golpe militar brasileiro e a Amazônia Legal: desafios do presente, Cuiabá, v. 7, Número Especial, 2014; *Estudos Avançados*, Dossiê: 50 anos do golpe de 1964, v. 28, n. 80, jan./abr. 2014; *Revista Crítica Histórica*, Dossiê: Os 50 anos do golpe militar e civil, ano V, n. 10, dez./2014; *Revista História da Biblioteca Nacional*, Dossiê: Ditaduras, Edição n. 103, abril/2014; *Revista Brasileira de História da Mídia*, Dossiê: 50 anos do golpe militar de 1964, v. 3, n. 2, 2014; *História Revista*, Dossiê: O Golpe de 1964 e a Ditadura militar: Processos históricos e historiografia, v. 20, n. 1, 2015.

1964: releituras historiográficas

François Hartog, ao propor repensar o tempo e a maneira como este é representado na história, sobretudo nas últimas décadas do século XX, tomando como referência a história europeia, o faz por meio da noção de regime de historicidade. Para este autor, que se inspira na antropologia, sobretudo Lévi-Strauss e Marshall Sahlins, nos filósofos Walter Benjamin e Hannah Arendt, assim como no historiador Reinhart Koselleck e Michel de Certeau, entre outros, o regime de historicidade permitiria pensar a história “como expressão da experiência temporal”. Dessa maneira, romperia com o conceito de época ou período, que se caracterizam por uma visão linear e cronológica do tempo, e só se tem consciência após o fato.¹² Considera que os regimes de historicidade “organizam o passado como uma sequência de estruturas. Trata-se de um enquadramento acadêmico da experiência (*Erfahrung*) do tempo que, em contrapartida, conforma nossos modos de discorrer acerca de e de vivenciar nosso próprio tempo”.¹³

A estratégia de pensar a “experiência do tempo” que em Reinhart Koselleck vem associada à noção de “horizonte de expectativa”, apesar de relacionada a uma abordagem meta-histórica, é também relacionada à reflexão histórica constituindo-se em referência para a análise dos regimes de historicidade. Sobretudo porque, como afirma Koselleck, a “tensão entre a experiência e a expectativa suscita, de maneira diferente cada vez, soluções novas que engendram o tempo histórico”.¹⁴ Nesse sentido, para François Hartog, o regime de historicidade ajuda a refletir sobre as diversas formas adotadas por essa tensão em diferentes temporalidades e espacialidades.

São essas algumas reflexões metodológicas que recupero para pensar o percurso construído nesse artigo, ao refletir acerca dos temas que historicamente vivenciamos no cotidiano e suas ressonâncias na escrita historiográfica e também como estabelecemos um paralelo com a historiografia de um evento marcante da contemporaneidade do Brasil, ou seja, o evento do golpe de 1964.

É possível observar em 2014, 50 anos do golpe militar e civil, um boom de publicações, sobretudo, dos historiadores. Tanto em forma de coletâneas, como também publicações autorais. Estas muitas vezes, como as dos historiadores Daniel Aarão, Marcos Napolitano e Carlos Fico,¹⁵ apresentam um alcance maior no debate e divulgação para o grande público.

¹² HARTOG, François. Regime de Historicidade (Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996). Disponível em: [https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_\(1\).pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_-_Regime_de_Historicidade_(1).pdf). Acesso em: 20 abr. 2016.

¹³ *Ibidem*, p. 2.

¹⁴ DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, François. *Historicidades*. 1. ed. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2010, p. 153.

¹⁵ AARÃO Reis, Daniel. *A Ditadura e democracia no Brasil*. Do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2014; NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014; FICO, Carlos. *O golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

No entanto, dois livros publicados em 2014, sobre a temática do golpe de 1964 e do regime, do meu ponto de vista, irão destacar-se pelo volume da pesquisa apresentada e pelo tratamento metodológico das fontes. O livro do historiador Rodrigo Patto Sá Motta, *As Universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*¹⁶ e a obra *1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*¹⁷ de Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira.

O primeiro - *As Universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária* – é resultado de uma década de pesquisas, inicialmente, nos arquivos da Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal de Minas Gerais. Esta Assessoria – talvez os mais jovens desconheçam – foi criada durante o regime militar nas Universidades Públicas Federais como forma de exercer controle político ideológico sobre o conjunto de funcionários das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Todo novo professor ou servidor contratado tinha seu nome submetido para averiguação e só após atestado que no presente e ou no passado não realizara qualquer atividade política considerada de esquerda ou subversiva o processo de contratação era efetivado. Esta Assessoria também operava como os “olhos do regime” fiscalizando e documentando a vida de professores, funcionários e alunos. A partir desse núcleo documental inicial, o historiador Rodrigo Patto ampliou de forma significativa sua pesquisa contemplando o estudo e a análise de coleções documentais de inúmeras IFES de Norte ao Sul do Brasil. A detalhada e minuciosa pesquisa realizada, em que também recorreu a um número significativo de entrevistas, permitiu revelar que as formas de atuação dessa Assessoria não obedeceram a um único padrão. São observadas variações nas estratégias de vigilância, controle, implementação de demissões e impedimento de contratação tanto entre diferentes IFES como numa mesma Instituição. Rodrigo Patto também pesquisou os arquivos do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça, além de ter realizado um estágio pós-doutoral na Universidade de Mary Land quando acessou a documentação da Biblioteca do Congresso dos EUA e pode realizar importantes análises acerca do famoso acordo MEC-USAID que, no final da década de 1960, era apresentado pelo regime militar como a panaceia dos problemas do ensino superior no Brasil. Por outro lado, para os opositores do regime, naquele momento, este “acordo” era uma das ameaças à soberania, pois seria deixar que a educação universitária fosse submetida aos valores e interesses dos EUA. A documentação pesquisada possibilita compreender que o acordo MEC-USAID não se concretizou em razão de uma série de questões operacionais, e, portanto, não teve as implicações apon-

¹⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o regime militar*. Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.

¹⁷ GOMES, Ângela Maria de Castro; FERREIRA, Jorge. *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

tadas pelos críticos no período. Dessa maneira, o historiador, por meio da sua pesquisa, desconstrói uma série de mitos e equívocos produzidos tanto pela imprensa do período como também pelos opositores do regime.

Deve-se ainda destacar nesse livro e sua monumental pesquisa sobre a Universidade no Brasil durante o regime militar, as dezenas de entrevistas realizadas com professores e pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. São relatos de histórias acadêmicas que apontam para uma labiríntica complexidade existente na relação do aparato de vigilância e repressão, exercido no cotidiano da vida universitária de funcionários, de estudantes e sobretudo de professores. Centenas de docentes, inúmeros funcionários não foram contratados ou foram demitidos, além de estudantes cassados e expulsos após o AI 5 e o conhecido decreto 477. Ao mesmo tempo, diversos outros casos e situações são analisados em detalhes revelando tensos processos de negociação e que contemplaram desde a não expulsão ou cassação de pessoas reconhecidamente apresentadas como comunistas, a outras que foram contratadas mesmo com seu passado reconhecidamente de esquerda. Essas estratégias do aparato de vigilância e repressão, denominadas de práticas de acomodação, revelam o rigor e a seriedade do historiador, em não silenciar documentos para estabelecer ou comprovar teses *a priori* ou homogeneizadoras e totalizantes. Por outro lado, exige o estabelecimento de outros parâmetros de análise, além daqueles fundados na dualidade falso/verdadeiro, justo/injusto.

E muitos leitores talvez estejam a perguntar, mas o que este livro tem a contribuir para leitura do presente, ou que deslocamentos analíticos estabelece na maneira como temos construído as formas de entendimento acerca do regime de exceção, instalado em 1964? Diria que ao construir uma obra com vasta e diversificada documentação, que contempla mais de duas décadas de história, operando com relações no nível dos indivíduos, em seu universo profissional, as Universidades, porém associando a essa análise a ação de órgãos de vigilância, controle e repressão que atuam em rede, somos instados a pensar nos estratagemas legais que foram sendo urdidos para manter e consolidar o regime militar e civil de março de 1964 a janeiro de 1985. Essa longevidade do regime, distinta das ditaduras militares do Chile (1973 – 1990), Argentina (1966 – 1973) e Uruguai (1973 – 1985), sem dúvida, encontra nas obras citadas – como em diversos outros livros e artigos publicados nas últimas décadas – novas formas de compreensão e análise. Em outras palavras, indivíduos, órgãos oficiais e setores da sociedade civil constituídos em redes polimorfas, sob a égide de um discurso jurídico em que a segurança do Estado, da sociedade e da nação são erigidas em valor onipresente e inquestionável, configuram uma das faces dessa forma de domínio político e social.¹⁸

¹⁸ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. Psicologia em Estudo DPI/CCH/UEM, v. 5 n. 2 p. 1-22, 2000. SADER, Emir. O golpe no Brasil e a doutrina de segurança nacional. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Blog/Blog-do-Emir/O-golpe-no-Brasil-e-a-doutrina-de-seguranca-nacional/2/27107>. Acesso em: 13 jun. 2016.

O segundo livro escolhido para essa trilha, *1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil*, da historiadora Ângela de Castro Gomes e do historiador Jorge Ferreira traz a público um livro surpreendente. Por meio de uma escrita que captura o leitor desde as primeiras páginas, rapidamente se é tomado por uma curiosidade crescente sobre o relato seguinte, o passo seguinte, a negociação, o cenário. Como a mirar um caleidoscópio, os eventos são narrados alternando temporalidades e espacialidades articuladas a um grande domínio das informações bibliográficas e documentais. E não poderia ser diferente, a obra é resultado de uma vida de pesquisas e escritas de livros e artigos, de dois historiadores que muito produziram sobre essa temática e esse período. O enorme conhecimento sobre a documentação e a bibliografia relacionada é elemento decisivo, que potencializa esta capacidade de pensar a arquitetura da escrita em seus múltiplos vórtices de efeitos de verdade. E esta é uma das marcas que diferencia este livro de muitos outros na nossa área. Os autores se debruçaram sobre a escrita, escolhendo, avaliando, refazendo o melhor percurso narrativo, entremeando curtos e valiosos documentos e, dessa forma, recuperando para a operação historiográfica a tensão própria que cerca as lutas em torno de eventos que redirecionam o tempo diacrônico da história.

O livro narra um curto período da história política do Brasil: da crise da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, até o golpe militar e civil de 1964. No entanto, as dimensões sociais, econômicas e culturais se entrelaçam à narrativa quer no detalhamento das lutas sindicais e de setores da sociedade civil, quer nas tensas negociações das estratégias econômicas, quer nas campanhas da UNE e de defensores de uma reforma educacional ampla, entre outros aspectos abordados.

A narrativa sobre os acontecimentos associada à reprodução das notícias de jornais, discursos, declarações, entrevistas se constitui uma das marcas indelévels do livro. Os autores, ao recuperarem e atualizarem essa arte de contar, por meio de um estilo que atende a modulações próprias dos múltiplos embates sociais, políticos e econômicos, trilhados ao longo do texto, não se furtam ao desafio metodológico próprio do fazer historiográfico.

E o deslocamento analítico escolhido é todo ele projetado na ruptura com uma das práticas de escritura histórica mais contumazes, a busca das origens e a perspectiva teleológica. Não realizar a leitura do passado centrada numa lógica alicerçada em significados e sentidos considerados evidentes e reais, presentes em documentos e na própria historiografia, significa devolver à narrativa histórica a complexidade do operar social e político. Outra dimensão a destacar é o acaso das lutas, que Jorge Ferreira e Ângela de Castro ao pensarem e reescreverem essa história recuperam, em que a incerteza própria aos embates políticos e sociais cotidianos são compreendidos como instituintes do fazer historiográfico. E, dessa maneira, retiram a história do perigoso patamar de produtora de mitos, heróis e lugares de memória, projetando a crítica e a reescritura como seu *modus operandi*. Afinal a história é sempre história do presente, escrita e reescrita com perguntas e questões que as novas

experiências cotidianas apresentam e que, formuladas ao passado histórico, associam-se a possíveis novas coleções documentais e a sua releitura. Por outro lado, todo esse deslocamento de ressignificação, realizado no livro é indissociável das formulações teóricas e metodológicas que lhe garantem transcender a história cronológica e apenas factual.

No entanto, este projeto metodológico abraçado pelos autores é desafiado em algumas passagens ao fazerem uso de citações da historiografia ou de relatos de entrevistados que, décadas posteriores, relembram acontecimentos vivenciados no período em estudo no livro. Nessas passagens, lemos citações historiográficas e relatos de memória acerca do golpe de 1964 e de acontecimentos que o antecederam, inteiramente marcados por uma perspectiva determinista em que os signos da derrota e do fracasso se constituem referências fundadoras à leitura daquele passado histórico. Em face desse desafio vivenciado pelos autores, recordo uma entrevista de Michel Foucault, no livro *Repensar a Política*, em que lhe é perguntado se “o exercício de uma reflexão teórica está sempre ligado a uma elaboração particular do material histórico?”.¹⁹ E Foucault, em sua resposta, comenta a dificuldade em utilizar determinadas referências historiográficas, pois elas contemplam outra forma de análise histórica. Talvez este tenha sido um dos maiores desafios dos autores, em face do paradoxo de uma perspectiva teórica e metodológica em dissonância com a expressa nos relatos de memória e com a própria historiografia,

Nesse aspecto, é importante reafirmar que o deslocamento analítico possível de observar nas duas obras comentadas – *As Universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária...; 1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil* – encontra-se associado ao amplo domínio dos procedimentos constitutivos da operação historiográfica, e ao trabalho de pesquisa em inúmeros e diversificados *corpus* documentais. Estas são as bases estruturantes destes livros, que os transformam em referência não apenas para historiadores e demais profissionais de áreas afins, mas para o público mais amplo. Afinal, uma de suas virtudes está no fato de que, sem perder o rigor próprio à operação historiográfica, são escritas numa linguagem acessível a leitores não especialistas. Assim, experiências cruciais para a história do Brasil são narradas de forma acessível aos não especialistas, e concorrem para desfazer mitos e preconceito produzidos, difundidos diuturnamente por amplos segmentos da mídia, bem como por órgãos e instituições da sociedade.

Embora consciente de que estou a apresentar apenas a minha leitura e toda obra está aberta a múltiplas releituras, assinalo que estes historiadores ao analisarem temas culturais, sociais, políticos e também econômicos de grande importância para a contemporaneidade, atualizam no presente e estabelecem rupturas. Sobretudo com um passado atrelado a linearidades e teleologias, projetando os personagens em cenários múltiplos, não mais pensados no enquadramento de dualidades maniqueístas.

¹⁹ FOUCAULT, Michel. *Repensar a política* [Organização e seleção de Manoel Barros da Motta]. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2014, p. 328.

Dessa maneira, ao mesmo tempo em que demarcam a desconstrução de memórias reificadas, reafirmam a crítica como indissociável ao fazer historiográfico.

Exercício historiográfico

Concluído este percurso analítico acerca de duas obras emblemáticas dos estudos do golpe e do regime militar e civil (1964–1985), publicadas em 2014, privilegio para reflexão o tema da corrupção política que dominou a mídia no ano de 2015 e que se estende a 2016. Estes são temas políticos e sociais que, como assinala Eric Hobsbawm, estamos “envolvidos de diversas maneiras em sua história”²⁰. Diferente dos jornalistas que narram os fatos, constroem as notícias, emitem julgamentos baseados no que registram, os historiadores são desafiados a estenderem os fios da pesquisa, cruzarem diversos documentos e formularem questões teórico-metodológicas que possibilitem deslocamentos analíticos que produzam rupturas no imediatismo das evidências, representadas como inerentes aos eventos narrados.²¹

O filósofo italiano Giorgio Agamben, em seu texto “O que é contemporâneo?”, adverte para as implicações de nos deixarmos capturar pela luminosidade dos eventos.²² Nesse aspecto é que, ao privilegiar pensar historicamente a dimensão político-nacional do momento presente, considerando-se os anos de 2015 e 2016, apresenta-se o desafio metodológico de não ser capturado pelos discursos midiáticos diuturnos de acusação de práticas de corrupção do governo do PT, que se acentuam após a reeleição da Presidente Dilma Rousseff (PT). Ainda no que tange a esse tema, destaco o comentário do historiador Daniel Aarão, quando numa entrevista em março de 2016 foi perguntado a ele se concordava com a crítica do PT, de que a mídia concorre para divulgação seletiva de práticas de corrupção:

Se recebêssemos a visita inesperada de um marciano no Brasil, ele pensaria que o PT, Lula e Dilma inventaram a corrupção. Nada mais falso. Eu diria que o PT foi um dos últimos a aderir a este sistema, ancorado em nossa história.²³

Entretanto, passados três meses desse comentário, e sobretudo após a aprovação no senado da abertura do processo de impeachment que julgará em até 180 dias o afastamento definitivo ou não da presidente Dilma Rousseff, as denúncias de corrupção publicadas na imprensa passam a atingir políticos, sobretudo do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Até a última semana de junho de 2016,

²⁰ HOBBSAWN, Eric. *Era dos Extremos*, *Op. cit.*, p. 13.

²¹ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz, *História e Escrita do Tempo Presente*, *Op. cit.*, p. 40.

²² AGAMBEN, Giorgio. *O que é Contemporâneo?* E outros ensaios. Chapecó/ SC: Argos, 2009.

²³ Entrevista de Daniel Aarão Reis Filho. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2016-03-07/com-sistema-politico-apodrecido-lula-continuara-sendo-um-candidato-possivel.html>. Acesso em: 21 jun. 2016.

quando este artigo foi concluído, três ministros do presidente interino Michel Temer haviam renunciado, por estarem relacionados a denúncias de corrupção “vazadas” para a imprensa.²⁴ Nesse cenário, a delação do ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, com gravações de conversas com as lideranças do PMDB – Renan Calheiros, Romero Jucá e José Sarney – atingiram de forma radical o governo interino Michel Temer. Sobretudo, porque nessa delação é afirmado que o próprio Michel Temer solicitou propina para a campanha de 2012 a prefeitura de São Paulo, do candidato Gabriel Chalita.²⁵

Em face do exposto, considero oportuno registrar que não se trata de produzir um contra discurso em defesa do governo Dilma Rousseff ou do Partido dos Trabalhadores. Mas pensar algumas questões que podem ser colocadas para o historiador na medida em que é desafiado a refletir sobre procedimentos metodológicos de análise histórica acerca de uma crise política em seu transcorrer. São cenários projetados e redesenhados ao acaso das lutas, das negociações, dos embates. Como um ritual de passagem, a crise política desencadeada com as denúncias de corrupção é um evento em movimento, nada está definido, nem há clareza sobre a força, a forma e o caminho que os acontecimentos produzirão, há indícios e sinais.

Entretanto, ao atender a recomendação do filósofo de não se deixar aprisionar pela “luminosidade dos acontecimentos”, enquanto historiadores, que análise política poder-se-ia construir da crise? Antes de tudo é importante reconhecer que em razão da limitação do acesso às fontes documentais, os comentários e reflexões são construídos tendo como referência informações gerais que circulam amplamente nos meios de comunicação.

Nesse sentido, ao pensar o agravamento da crise política vivenciada no Brasil na primeira metade de 2016, início com o registro de que o impeachment²⁶ que a presidente Dilma Rousseff é alvo, em minha análise, decorre de um conjunto de fatores: alianças entre grupos que não negociam; perda da base de apoio no Congresso Nacional em face da dificuldade da presidente em negociar com as forças políticas dominantes na Câmara e no Senado; as resistências ideológicas que cresceram e se fortaleceram em face da forte crise econômica; a recessão; a alta taxa de desemprego; o alto grau de endividamento do Estado; a acentuada queda do PIB entre outros indicadores econômicos e financeiros negativos; denúncias de corrupção contra políticos e membros do PT; constantes manifestações populares contra seu governo e sua pessoa, além de outras lideranças do PT; forte crítica e pressão de setores empresariais e da maior parcela da mídia. No entanto, todos esses fatores relacionados são

²⁴ Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/06/ministro-do-turismo-pede-demissao-apos-ser-denunciado-por-propina.html>. Acesso em: 21 jun. 2016.

²⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/06/1781908-machado-diz-ter-repassado-propina-a-18-politicos-de-pmdb-pt-dem-e-psdb.shtml>. Acesso em: 21 jun. 2016.

²⁶ No momento em que este artigo está sendo escrito a Presidente Dilma Rousseff foi afastada da Presidência da República após a aprovação no Senado da abertura do processo de impeachment em 12 de maio de 2016. Este julgará em até 180 dias a cassação ou não do mandato da presidente Dilma Rousseff.

como a espuma das ondas no quebra-mar. Ao historiador será lançado o desafio de refletir e analisar documentos, que ainda não estão disponíveis. Informações e documentos, para além dos novos cenários políticos, sociais e econômicos, gerados no desdobrar da crise, irão apontar novas questões e perguntas.

Dessa forma, ao abstrair o fervilhar de notícias, denúncias, desmentidos, acusações que ocupam a mídia diuturnamente no período em tela, quero refletir sobre duas dimensões relacionadas à escrita historiográfica sobre os acontecimentos vivenciados, alguns ainda em seu transcorrer. A primeira, registrar que a dificuldade em realizar um estudo histórico não reside no fato do historiador estar mais ou menos próximo ao evento a ser pesquisado. Não é este o argumento, caro a muitos historiadores, de que a proximidade ao acontecimento seria inimiga do fazer historiográfico? Pode-se indagar: onde residem as limitações que se colocam a esta abordagem? Antes há que pensar que a dificuldade passa pela limitação de documentos disponíveis e, por extensão, de fontes historiográficas sobre o tema. Dessa maneira, a questão não é de isenção, de distanciamento ou tempo ideal para efetivar um estudo ou reflexão histórica. Afinal, como venho analisando nesse artigo, as ressonâncias interiorizadas do tempo histórico vivido se projetam irremediavelmente na narrativa historiográfica.

A segunda dimensão a anotar, é que muitas vezes a contribuição historiográfica em relação a eventos que ainda estão em curso, será por meio do testemunho, do relato de memória do evento vivenciado. Nesse aspecto, recordo Stefan Zweig – embora não seja historiador – no livro *Autobiografia: o mundo de ontem*²⁷ em que narra experiências relacionadas à eclosão da Primeira Guerra. Entre estas, destaco a descrição do sentimento austríaco – ao menos de parcela significativa – em relação ao assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando. Relata Zweig uma certa indiferença da população ao assassinato, já que segundo ele, muitos não nutriam simpatia pelo arquiduque, diferente do que os livros de história de maneira predominante passaram a narrar. Também são valiosos para a pesquisa histórica os significativos relatos de memória de Zweig como judeu na Áustria em face da lenta adoção de práticas antissemitas que os austríacos por pressão de Hitler instituem.

Em direção semelhante, como memória histórica, por meio da reconstrução de experiências vivenciadas se configuram os escritos de Peter Gay no livro *My German Question: Growing up in Nazi Berlin*²⁸. São testemunhos de história de vida do que foi a violência crescente contra os judeus em Berlin, entre eles especialmente os amigos e parentes; outra passagem reveladora do enorme perigo vivido pelos judeus que compreendiam o perigo nazista e decidiam sair da Alemanha foi a angústia vivenciada pela família para conseguir o visto de saída em 1939; o desembarque em Cuba e depois a mudança para os EUA. Esse tipo de relato, próprio aos testemunhos

²⁷ ZWEIG, Stefan. *Autobiografia: o mundo de ontem*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014.

²⁸ GAY, Peter. *My German question: growing up in Nazi Berlin*. Yale University Press, 1999.

que reconstróem experiências e são apresentados em forma de história de vida, tornam-se, nas décadas recentes, mais uma importante fonte para a história.²⁹

Entre os relatos de eventos históricos vivenciados, talvez o caso clássico, caro a nós historiadores, seja a obra *A Estranha Derrota* de Marc Bloch.³⁰ Após atuar como capitão no front norte quando da invasão alemã a França em 1940, o autor escreve nesse mesmo ano seu testemunho. Traz à baila, não apenas relatos de memória de diversas situações vivenciadas, porém toda uma compreensão/explicação para o que diagnostica como despreparo e passividade dos generais franceses. É sem dúvida uma corajosa análise crítica acerca das razões para o fracasso da resistência francesa ao ataque alemão.

No entanto, o rigor e a honestidade intelectual deste historiador, medievalista francês, que aponta como ter olhos para o presente é imprescindível a compreensão do passado, “a questão rural acabou por me convencer de que sem contemplar o presente é impossível compreender o passado”,³¹ atesta em diversas passagens do seu texto as inúmeras limitações que demarcam seu testemunho. Destaco em especial quando, de maneira objetiva e clara, informa o lugar de onde observa e vive a experiência da guerra:

Pode-se ver, portanto, as delimitações de minha experiência. Falo desta guerra; pois a anterior só vai aparecer aqui como pano de fundo. Participei do trabalho e da vida de estados-maiores de nível bastante elevado. Com certeza, não fiquei sabendo tudo o que se passava ali. Muitas vezes me aconteceu ignorar, como veremos a seguir, até as informações mais essenciais para cumprir minha própria função. Mas pude observar, no cotidiano, os métodos e os homens. No entanto, por outro lado, nunca pude ver o combate com meus próprios olhos. Só tive raros contatos com a tropa. Sobre esse assunto, é forçoso recorrer, antes de tudo, a outros testemunhos que minha posição me permitiu colher e sopesar. É o bastante, sem dúvida, se não para substituir uma visão direta – cuja autenticidade e sabor humano nada pode igualar, se os olhos forem bons –, ao menos para justificar certas reflexões. De todo modo, ninguém poderia pretender tudo ter observado ou conhecido. Que cada um diga francamente o que tem a dizer. A verdade nascerá dessas sinceridades convergentes.³²

Este fragmento oferece o perfil do intelectual que reconhece as limitações do relato que constrói, em que seu compromisso é com a verdade do que acredita ser. E dizê-la é estar consciente que ela ao somar e permitir a confrontação com outros

²⁹ A *Revista História Oral*, da Associação Brasileira de História Oral, acessível no site: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho>, é uma referência fundamental à pesquisa historiográfica sobre esse tipo de documentação, sobretudo no Brasil.

³⁰ BLOCH, Marc. *A Estranha Derrota*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011, p. 27.

³¹ *Ibidem*, p. 09.

³² *Ibidem*, p. 20.

relatos só ganhará em legitimidade.³³ Não permite que a falaciosa e corriqueira representação do “eu vivi”, “eu conheço”, “eu tenho autoridade para dizer”, prevaleça ou permeie o texto como subentendido. No entanto, Marc Bloch também reconhece que além das limitações apontadas, ao historiador é imprescindível documentos e conhecimentos específicos sobre o tema a dissertar:

Não pretendo de forma alguma escrever uma história crítica da guerra, nem mesmo da campanha do Norte. Faltam-me os documentos para tanto e também a competência técnica. Mas há desde agora algumas constatações claras demais para que eu hesite em formulá-las sem mais delongas³⁴.

É desse lugar, como participante ativo da história, mas consciente das limitações resultantes das condições em que produz o seu testemunho, que apresentará sua análise para a derrota do exército francês em face da invasão alemã em 1940. E, nesse aspecto, leio a sua coragem, ao não se furtar em externar seus argumentos, sua análise sobre a derrota. Sobretudo, se levamos ainda em consideração que a guerra estava apenas em seu início. Afirma o autor:

Muitos erros diferentes, cujos efeitos se acumularam, levaram nossos exércitos ao desastre. Mas uma grande carência paira sobre todos eles. Nossos chefes, ou os que agiam em seu nome, não souberam pensar a guerra. Em outros termos, o triunfo dos alemães foi essencialmente uma vitória intelectual e talvez esse seja o motivo mais grave.³⁵

E em que consistiu essa derrota intelectual? Em diversas passagens do seu texto Marc Bloch irá analisar como os generais franceses pensavam a guerra completamente aprisionados à experiência de 1914 a 1918³⁶. Não foram capazes de se atualizar e perceber em várias oportunidades, como na invasão alemã da Polônia³⁷, oito meses antes, que qualquer guerra futura deveria ser planejada em outros patamares, muito diferente da guerra de 1914:

Os alemães fizeram uma guerra de hoje, sob o signo da velocidade. Nós, por nosso lado, não tentamos apenas fazer uma guerra de véspera ou de antevéspera. Quando vimos os alemães lutarem sua guerra, não soubemos ou não quisemos compreender seu ritmo, adequado às vibrações aceleradas de uma nova era. Tanto que, na verdade, foram dois adversários pertencentes cada um a uma época diferente da humanidade que se enfrentaram em nossos campos de

³³ Paul Ricoeur em sua reflexão sobre a importância do testemunho para o historiador assinala como este ao ser confrontado com outros adquire legitimidade, sobretudo em razão do confronto público ao qual é submetido. RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 170.

³⁴ BLOCH, Marc, *A Estranha Derrota*, *Op. cit.*, p. 27.

³⁵ *Ibidem*, p. 27.

³⁶ *Ibidem*, p. 35.

³⁷ *Ibidem*, p. 67.

batalha. Em resumo, repetimos os combates da zagaia contra o fuzil, familiares à nossa história colonial. Só que dessa vez éramos nós que desempenhávamos o papel de primitivos.³⁸

Em face desse diagnóstico analítico e crítico apresentado por Marc Bloch, podemos perguntar se ele não colocou em prática também a capacidade de ler os fatos sem se prender a luminosidade, como alerta Giorgio Agamben. Afinal, quantos pequenos detalhes, disputas, desavenças não presenciou como militar vivenciando aquela invasão – algumas ele próprio registra –³⁹ porém sem se deixar capturar pela armadilha do imediato, do que momentaneamente pode produzir significativa repercussão. Nesse aspecto, não me parece fortuito que em certo momento do seu texto, em que suas críticas aos comandantes do exército francês estão bastante explícitas, recupere um comentário do historiador Hippolyte Adolphe Taine acerca de Napoleão Bonaparte:

Em algumas páginas, que estão até hoje entre as mais sólidas de uma obra terrivelmente desigual, Taine demonstrou que, sem dúvida, o traço mais característico do gênio napoleônico foi poder descobrir, invariavelmente, as realidades por trás dos signos. Temo que os modernos sucessores de Napoleão tenham permitido que um bocado dessa arte soberana se perdesse.⁴⁰

Arrisco afirmar que ao comentar a leitura que o grande historiador francês tecia da genialidade de Napoleão, por ser capaz de ler as realidades por trás dos signos, está não apenas demarcando mais uma insuficiência intelectual dos generais franceses, mas oferecendo pistas do seu próprio método de análise histórica. Em seu livro, *Apologia da História ou o ofício de historiador*⁴¹ podemos descobrir outros fios constitutivos dos difíceis caminhos exigidos ao historiador que não se furta aos compromissos sociais e políticos do seu tempo. Entre as inúmeras dimensões metodológicas, analisadas pelo autor, ressaltamos a centralidade que ocupa o entendimento na arquitetura dos itinerários que pensa para o ofício do historiador: “Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: “compreender”. Não digamos que o historiador é alheio às paixões; ao menos, ele tem esta. Palavra, não dissimulemos, carregada de dificuldades, mas também de esperanças”.⁴²

Assim, me parece que Marc Bloch através de variadas rotas pontilha o difícil método do historiador que, com os pés fincados no presente, é desafiado a compreendê-lo, para então estabelecer verdadeiras perguntas ao passado. Assim, é por meio

³⁸ BLOCH, Marc, *A Estranha Derrota*, *Op. cit.*, p. 27

³⁹ *Ibidem*, p. 15, 49, 55.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 64.

⁴¹ Este livro foi escrito na prisão após ser detido pelos alemães em 1944 por sua participação na resistência francesa em Lyon.

⁴² BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997, p. 128.

deste historiador também conhecido como um dos formuladores da história problema, como assinala Lilia Schwarcz na introdução à edição brasileira da *Apologia da História*,⁴³ que, penso, podemos nos inspirar para pensar a política no Brasil, e a presente crise de 2015/2016, que é também social, econômica e ética.

Artigo recebido em 19 de julho de 2016.

Aprovado em 3 de outubro de 2016.

⁴³ BLOCH, Marc. *Apologia da História*, *Op. cit.*, p. 8.